

QUESTÃO AGRÁRIA NOS TERRITÓRIOS DO JEQUITINHONHA: ANÁLISES A PARTIR DO CAR E DO SIGMINE

Aline Weber Sulzbacher¹
Izabella Aléxia Carneiro Santos²

Resumo

Este trabalho tem por objetivo estabelecer correlações e análises entre a questão agrária e a mineração nos territórios do Jequitinhonha a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). Ao espacializar os dados do CAR de 2019, a área dos imóveis rurais expõe a estrutura fundiária que historicamente protagonizou conflitos e expropriações, subjugando os povos à ordem do colonizador. Por sua vez, os dados dos processos minerários indicam um aumento significativo e uma convergência entre as áreas com maior incidência de processos minerários, e os pontos com conflitos pela mineração. Cerca de 60% dos processos estão concentrados nas duas primeiras fases, em um total de 5676 processos minerários. A partir desses dados, analisamos e problematizamos sobre a questão agrária, a nova fronteira agrícola-mineral que se impõe aos territórios do Jequitinhonha.

Palavras-chave: mineração, políticas, conflitos territoriais, estrutura fundiária.

Abstract

This work aims to establish correlations and analyzes between the question of agriculture and mining of the Jequitinhonha territories based on data from the Cadastro Ambiental Rural (CAR) and the Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE). By spatializing the 2019 CAR data, the area of rural properties exposes the land structure that has historically led to conflicts and expropriations, subjugating people to the order of the colonizer. In turn, data on mining processes indicate a significant increase and convergence between the areas with the highest incidence of mining processes, and the points with mining conflicts. Around 60% of the processes are concentrated in the first two phases, in a total of 5676 mining processes. Based on these data, we analyze and problematize the agrarian issue, the new agrarian-mineral frontier that is imposed on the Jequitinhonha territories.

Keys-words: mining, policies, territorial conflicts, land structure.

¹ Geógrafa-Licenciada, Mestre em Extensão Rural e Doutora em Geografia, Docente na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades - FIH/UFVJM, aline.weber@ufvjm.edu.br;

² Graduada pelo Curso de Geografia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – FIH/UFVJM, izabella.alexia@ufvjm.edu.br.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a posição geoestratégica do rio Jequitinhonha tem se apresentado como mais uma causa de conflitos e disputas por bens comuns como a terra, a água e os minérios. A formação socioeconômica de base colonial dos municípios do Jequitinhonha esteve inserida nos ciclos do diamante, ouro e de outras pedras preciosas. Atualmente frente ao que os atores hegemônicos sugerem como o novo conceito de minerais “críticos” ou “estratégicos”, dos quais o Lítio e Grafita, há uma retomada da posição desta região na divisão internacional e territorial do trabalho.

Se, no período colonial, os ciclos econômicos responderam à demanda internacional de acumulação primitiva, no contexto contemporâneo a divisão internacional do trabalho é acirrada por meio da disputa pelo registro de processos minerários e da instalação de empreendimentos ligados ao setor mineral, que indicam um avanço da fronteira mineral impondo aos territórios do Jequitinhonha a lógica neoextrativista de reprodução espoliativa do capital. Trata-se de uma situação e impactos que desencadeiam vários conflitos nos territórios, com muitos desafios para a mobilização e resistência por parte dos sujeitos locais e das organizações populares, e que a sua riqueza geológica e mineral se configura como uma “herança maldita” (PEDROSA, 2020, p. 71).

Além disso, é imprescindível lembrar que, conforme Wanderley (2011, p. 41) “o avanço espacial do capital se efetua, fundamentalmente, através da propriedade privada capitalista da terra”. Portanto, ao trazer a questão agrária estamos indicando a centralidade da terra e do trabalho, principalmente das suas funções em determinada sociedade, seu caráter conflitivo marcado por contradições e disputas que caracterizam os processos de produção social do espaço agrário brasileiro. Ousamos indicar que os embates entorno da questão agrária são atravessados pelo paradigma da globalização - como fábula, como perversidade e como possibilidade (SANTOS, 2006).

Assim, objetivamos aqui estabelecer correlações e análises entre a questão agrária e a mineração nos territórios do Jequitinhonha (Minas Gerais) a partir dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e do Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE).

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos contemplam atividades, questões e resultados de projetos de pesquisa de iniciação científica (IC) e de mestrado vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Rurais. A execução das pesquisas foi orientada por uma abordagem quali-quantitativa, em que a análise qualitativa busca compreender as contradições dos fenômenos sociais, sendo fundamental para tal, a análise quantitativa a partir de dados e fontes secundárias.

Para a proposta deste artigo, aportamos foco na estrutura fundiária, nos processos minerários e nos conflitos que identificamos ao longo da bacia do rio Jequitinhonha. Abordamos os conflitos em uma perspectiva territorial e dialética, entendendo-a como capaz de abarcar a diversidade de *situações em tensão*, expressas por meio de violências (simbólicas, físicas, patrimoniais etc.), enfrentamentos, disputas, resistências e articula espacial e socialmente as dimensões ambiental, social, cultural, política e econômica.

Deste modo, os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica considerando quatro temas: mineração, terra ou questão agrária, conflitos, Cadastro Ambiental Rural e reunimos elaboramos um acervo bibliográfico com 176 publicações (teses, dissertações, artigos, papers etc.).

Para a análise dos dados secundários consideramos como base de dados: 1) o Sistema de Informações Geográficas da Mineração (SIGMINE), para o ano de 2022, plataforma com informações atualizadas, relativas às áreas dos processos minerários cadastrados na Agência Nacional de Mineração (ANM) - com dados sobre as poligonais de processos minerários ativos no Estado de Minas Gerais, e que realizamos o recorte espacial dos municípios da bacia do rio Jequitinhonha com uso do software QGIS; Foi disponibilizado pela EMBRAPA Territorial (Campinas), por meio do FALA BR: Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, um extenso banco de dados em *geodatabase* (ARCGIS) com as poligonais dos imóveis rurais do 2) Cadastro Ambiental Rural, ano 2019, e aplicamos recorte espacial da mesorregião geográfica do Jequitinhonha (IBGE). Por fim, ainda utilizamos o banco de dados do 3) Observatório de Conflitos da Mineração (Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração), para identificar áreas em conflitos.

SITUAÇÃO AGRÁRIA E CONFLITOS

A situação agrária contemporânea, nos territórios do rio Jequitinhonha, é marcada por uma questão estrutural que tem por base a formação social, econômica e espacial subordinada ao sistema-mundo moderno-colonial (HAESBAERT e PORTO-GONÇALVES, 2006). Trata-se de processos que conjugam a dimensão social da imposição de um modelo societal de classes, patriarcal, sexista e de supremacia branca, que engendra relações de produção que cunham uma economia para atender às demandas além-mar, externas ao local e regional, produzindo, portanto, circunscrições espaciais como enclaves gestados pelos atores hegemônicos à época (Igreja, Militares, Governo imperial) e em que o lugar dos povos originários é paulatinamente encurralado, exprimido e atacado.

Se, por um lado, o processo histórico e geográfico da colonização nos dá elementos para compreender o papel da posse da terra como estratégico na implementação de uma sociedade servil à divisão internacional do trabalho – estabelecendo conexões com mercados globais desde os primeiros levantes de colonização – por outro lado, no século XX é marcante a intensificação dos processos de expropriação e espoliação, inclusive e principalmente de sujeitos sociais como agregados, meeiros, lavradores, peões, ribeirinhos, quilombolas, indígenas etc.

Neste quesito, é imprescindível lembrar da criação, pelo Estado, da região “Vale do Jequitinhonha” na década de 1950 com discurso de superação de problemas associados à pobreza, da criação de estigmas da “miséria”, da migração sazonal e permanente de trabalhadores, dos questionáveis parâmetros de modernidade utilizados como referência para mensurar a falta de dinamismo econômico destes territórios e, portanto, da sua situação de subdesenvolvimento, de atraso e de baixa qualidade de vida. Tais discursos, amparos em relatórios e diagnósticos produzidos por agências estatais, raramente abordavam os processos históricos que implicaram em um empobrecimento decorrente da lógica de expropriação dos bens comuns destes territórios – inclusive da negação do acesso à terra aos seus sujeitos, povos e comunidades tradicionais – e também eximem-se de apontar o contraditório papel do Estado que historicamente nega a estes sujeitos o acesso à serviços públicos considerados como direitos básicos. Cabe indicar, com exemplar, a pesquisa realizada por Souza (2022, p. 52), em análise a quatro diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha, indica “É paradoxal a ausência de dados ou a falta de interesse na produção de dados sobre as mulheres, a população negra e indígena,

principalmente pelo fato de que a dimensão demográfica é frequentemente usada nas narrativas.”

Portanto, como fábula redentora, as intervenções estatais assumem papel de mediação política e social para a implementação de planos para o desenvolvimento regional a partir de grandes projetos de desenvolvimento³ (GDPs) à exemplo da criação dos distritos florestais e do mapeamento do potencial de produção energética a partir da projeção de usinas hidroelétricas em vários afluentes e no próprio rio Jequitinhonha. A partir das contribuições de Leite (2014), Souza (2022, p. 39) que “as políticas da agência [CODEVALE] foram fundamentais para incorporar as terras regionais ao mercado fundiário nacional e também pela transformação dos antigos fazendeiros em negociantes dessas terras”.

Ao vivenciar a realidade de comunidades ao longo do Jequitinhonha, observa-se um *modus operandi* baseado no processo histórico de ocupação conduzida pela ideologia colonial a partir de uma determinada classe, marcadamente composta por homens, brancos e proprietários, cuja autoridade estava inicialmente avalizada pela monarquia e pela Igreja Católica e, na república, endossa pela posse e controle das terras e das gentes por meio do capital político e social – forjado em todo processo colonial, violento e opressor, que impõe cultura patriarcal cujas crenças e valores perpassam pelo compadrio, pelo respeito e submissão aos Senhores: Deus no céu e Fazendeiro na terra. Gomes (1997, p. 60 – grifos nossos) relata essa memória coletiva:

O Vale não é pobre como não é pobre o Brasil. **Pobre é o povo que sempre foi maltratado e explorado pelos senhores donas da terra e do dinheiro.** Nossa região era povoada por índios que, como em todo Brasil, foram expulsos de suas terras, foram mortos e espancados covardemente pela fúria dos grandes, que aqui chegaram **em nome não sei de quem** para expulsar seus legítimos donos e apoderar-se das suas terras, na mais completa tranquilidade, tendo **certeza da impunidade do seu crime.**

Esse histórico estrutura a situação agrária nos territórios do Jequitinhonha. Conforme análise de Moura (1988) o processo de ocupação perpassa relações sociais que forjam valores e contratos subjugados à violência simbólica das fazendas, e que são ressignificados com a chegada dos projetos de desenvolvimento:

O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas, vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e a supressão das permissões para plantar na fazenda, dadas a pequenos sitiantes, e a invasão da posse camponesa por falsos

³ Alentejano e Tavares (2019, p. 194): “Os GDPs podem ser entendidos como atividades e empreendimentos de proporção (econômica e física) significativa e que são extensivamente e intensivamente impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoeletricas, portos, barragens, etc.), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais, etc.).”

fazendeiros. [...] simultaneamente, empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, exploram nas chapadas a madeira nativa, que substituem gradativamente por plantações de eucalipto. São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social. (MOURA, 1988, p. 03).

Essa realidade se acirra, expressa no aumento dos conflitos territoriais, a partir do CAR e do avanço da fronteira mineral. Diversos estudos e pesquisas têm denunciado a utilização do CAR como instrumento utilizado para grilagem de terras, conforme SANTOS (2022, p. 07):

O uso de papéis velhos para usurpar as terras públicas são coisas do passado: o momento agora é da "grilagem 2.0", que utiliza documentos virtuais, com alta sofisticação tecnológica, de GPS e de internet geradas em plataformas governamentais.

Uma reportagem publicada na Agência Pública em 2016, sobre “Crime e grilagem com uso do CAR” a promotora licenciada e doutora em Desenvolvimento Sustentável Eliane Moreira, do Ministério Público do Estado do Pará, explica que, “para efeitos do CAR, proprietário, possuidor e grileiro têm recebido igual tratamento”. À Pública ela afirmou que, mesmo sem ter sido concebido como mecanismo fundiário, o cadastro sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse válida sobre as quais o CAR incidiria. “Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa paulatinamente a servir de instrumento para grilagem”.

Em análise aos dados de imóveis que realizaram o CAR na mesorregião do Jequitinhonha, identificamos um total de 40.673 imóveis rurais registrados ano de 2019, especializados conforme apresentaremos na Figura 1 – que evidencia os contornos dessa estrutura fundiária ainda marcadamente concentrada e que frente aos empreendimentos ligados à lógica do neodesenvolvimentismo, assume um papel estratégico para a “limpeza das terras e das gentes” (PACKER, 2021).

Tal situação se agrava ao correlacionarmos com a análise de dados secundários referente aos processos minerários que, por sua vez, indicam o avanço da fronteira mineral nos municípios do Jequitinhonha: total de 5676 processos, sendo que no período de 1935 até 2000 foram registrados 644 processos minerários, enquanto de 2001 a abril de 2023 foram registrados 5032 processos minerários, o que representa um aumento de 681%. Esses dados indicam várias questões que demandam pesquisas complementares: Qual papel da terra frente a essa intensificação da fronteira mineral? Quais características dessa fronteira agrícola e mineral que se projeta sobre esses territórios? Como os sujeitos, povos e comunidades tem atuado frente a



esses processos? Podemos afirmar que há simultaneidade de processos como a acumulação primitiva e a acumulação por espoliação?

Em análise aos dados disponibilizada pelo Observatório dos Conflitos da Mineração no Brasil (Comitê em Defesa dos Territórios Frente à Mineração), há evidente convergência entre as áreas com maior incidência de processos minerários, e os pontos com conflitos pela mineração, conforme indicamos na Figura 2. Importante destacar que para os objetivos deste texto, optamos por recorte dos processos que estão nas duas primeiras fases de registro, pois respondem por 63% de processos, considerando o total de 5676 processos minerários, conforme indica o Tabela 1.

Tabela 1 – Processos minerários por fases no Jequitinhonha (MG) - Período de 1935 a 2023

Fases	Total	Percentual em relação ao total geral
Requerimento de Pesquisa	701	12%
Autorização de Pesquisa	2872	51%
Total	3.573	63%

Fonte: Sistema de Informações Geográficas da Mineração
Elaboração das autoras.

Figura 01 – Imóveis Rurais no Jequitinhonha (MG) - 2019

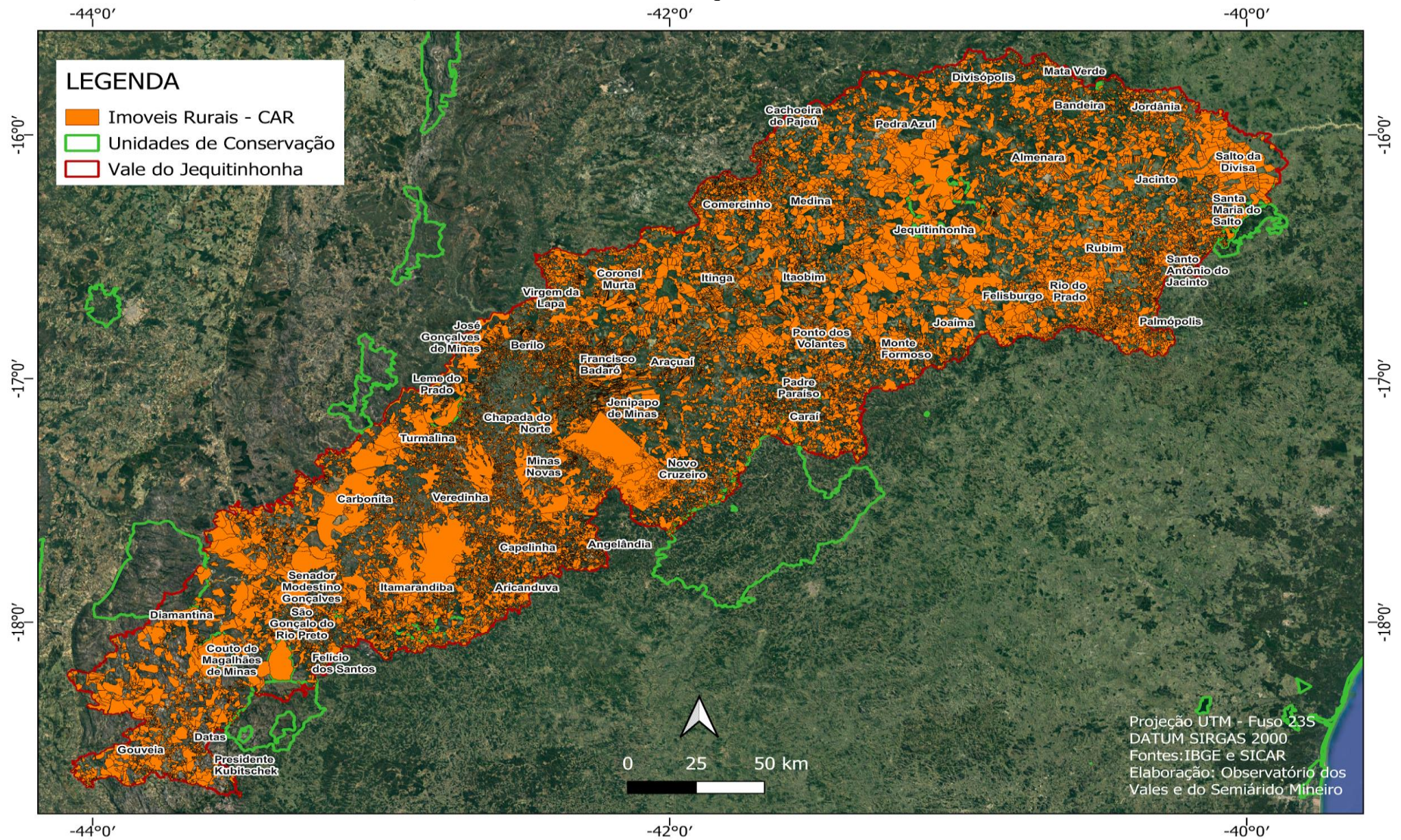
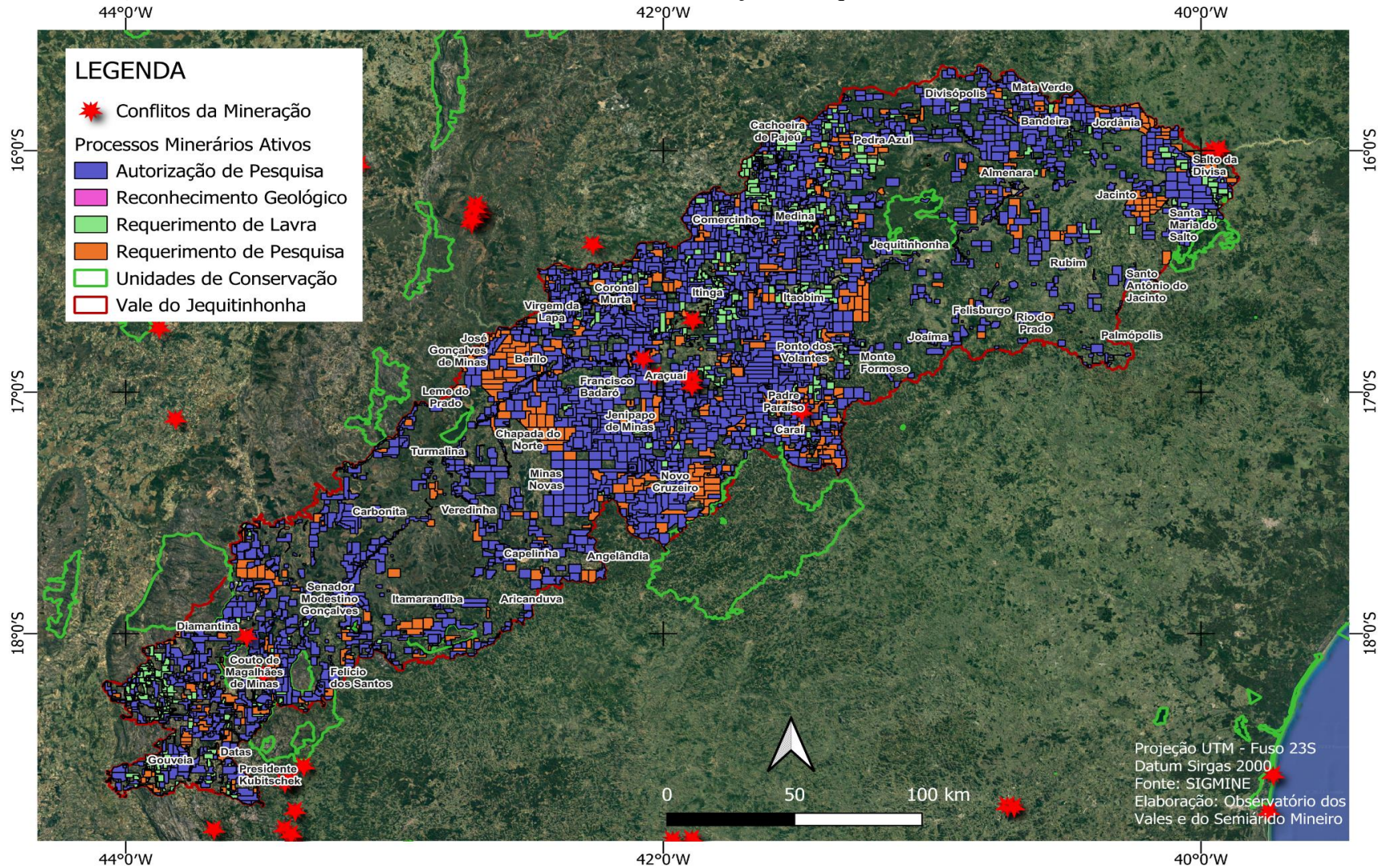


Figura 02 – Processos minerários ativos e Conflitos da Mineração no Jequitinhonha (MG) - Período de 1935 a 2023



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das pesquisas em andamento, identificamos que há uma atualização da situação de fronteira nos territórios do Jequitinhonha, indicando uma congruência entre a dimensão agrícola, agrária e mineral. Os processos desencadeados por essa situação implicam em cenário de conflitos territoriais, expressos uma ascensão das disputas por terra e por território, principalmente frente ao contexto de autoreconhecimento de vários povos originários e comunidades tradicionais. A situação de fronteira é marcada também por diferentes conflitos, envolvendo inclusive flagrantes de trabalho análogo à escravidão, ameaças à vida (lideranças de PCTs com medida protetiva), denúncias de escassez hídrica decorrente do secamento de nascentes e ou de poluição de fontes por resíduos químicos (barragens de rejeito atividades minerárias ou agrotóxicos).

Frente a tais questões, indicamos que se faz necessário aprofundar pesquisas sobre as características contemporâneas da questão agrária nos territórios do Jequitinhonha. Esse apontamento implica, inclusive, superar desafios quanto o acesso e disponibilidade pública de dados relacionados a propriedade da terra, a terras ocupadas tradicionalmente e a terras públicas. A título de exemplo, o CAR não fornece acesso aos nomes dos requerentes dos imóveis rurais, diferentemente do SIGMINE que concede acesso aos nomes dos requerentes e qual uso daquela substância. É intrigante e urgente refletir sobre quais interesses forjam a falta de dados públicos, atualizados, sobre a estrutura fundiária.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, Eduardo. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Revista Terra Livre**, São Paulo, v.1, n.52, p.190-233. 2019.
- ALMEIDA, C. S. de. **Território da água, território da vida: Comunidades Tradicionais e a Monocultura do Eucalipto no Alto Jequitinhonha**. 2018. 153 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.
- GRAZIANO, DA SILVA, José. O que é questão agrária. 4º ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MENDONÇA, M. R. (Org.), **Mineração e Agrohidronegócio: Efeitos no Ambiente, Trabalho e Saúde**. 1 Ed. Jundiaí, São Paulo. Paco Editorial, 2020, p. 280
- MOURA, M. M. **Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.



PACKER, Larissa Ambrosano. Regularização fundiária e ambiental de mercado para um cerceamento financeiro das terras e bens comuns no sul global. IN: CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUÍNO. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021, p. 139-150.

PEDROSA, Laurindo Elias. Breves Reflexões Sobre A Exploração Mineral do Complexo De Catalão E Ouidor/Go: Conflitos, Perspectivas E A Lógica Da Gea. In: Matos, P. F. de, Mendonça, M. R. (Org.), Mineração e Agrohidronegócio: Efeitos no Ambiente, Trabalho e Saúde. 1 Ed. Jundiaí, São Paulo. Paco Editorial, 2020, p. 280

RANGEL, Mary; RODRIGUES, Jéssica do Nascimento; MOCARZEL, Marcelo. Fundamentos e princípios das opções metodológicas: Metodologias quantitativas e procedimentos qualitativos de pesquisa. *Omnia*, v. 8, n. 2, p. 05-11, 2018.

RODRIGUES, T. D. F. F; DE OLIVEIRA, G. S; DOS SANTOS, J. A. As Pesquisas Qualitativas E Quantitativas: Princípios E Fundamentos. In: DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios 2. Uberlândia, MG. FUCAMP, 2021, p.124. Disponível em: <<https://www.unifucamp.edu.br/wp-content/uploads/2021/12/LIVRO-16-Met-Tec-e-Estrat-de-Pesquisa-est-introd-2.pdf> > Acesso em 05 mar. 2023.

SANTOS, M. Por uma outra globalização – **do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Ronaldo Pereira. A “grilagem 2.0” na era da internet. *Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA*-ISSN: 2675-5394, v. 1, n. 1, 2022.

TRASPADINI, R. Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Revista Direito Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 1694-1713, 2018.